CORREIO POPULAR
Publicado em 04/03/2022 - 05:53

Campinas tem 333 núcleos urbanos em condição irregular

Thiago Rovêdo
thiago.rovedo@rac.com.br

ÁREAS INFORMAIS

Campinas tem 333 núcleos urbanos sem regularização

São loteamentos, conjuntos habitacionais e ocupações ilegais em áreas públicas ou privadas

Ricardo Lima

Talita Karen Sousa, de 20 anos, moradora do Jardim do Lago Continuação, teme perder a casa que construiu em virtude da falta de regularização da área pela Prefeitura

Campinas tem 333 núcleos urbanos irregulares, que ainda não têm regularização fundiária da Prefeitura. São loteamentos, desmembramentos, condomínios, conjuntos habitacionais e ocupações ilegais de áreas de domínio público ou privado. A Secretaria de Habitação de Campinas confirmou que conseguiu regularizar cerca de 18,7% do total de 417 áreas urbanas informais, ou seja, 78 núcleos.

A Administração Municipal não tem dados sobre o número de famílias que residem nesses 333 núcleos urbanos irregulares. Já nos 78 núcleos regularizados vivem 13.762 famílias.

Prefeitura informou que apenas 78 núcleos foram regularizados

A Secretaria de Administração informou que a cidade foi dividida em Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb S) e Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico (Reurb E).

A Reurb S tem 319 núcleos urbanos, compostos por famílias com renda inferior a cinco salários mínimos. Desse total, 76 estão regularizados. Nessas localidades, a regularização deve ser acompanhada por melhorias urbanas, tais como redes de água e esgoto, pavimentação, instalação de equipamentos públicos, entre outros.

Já na Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico (Reurb E), são 92 núcleos, dos quais dois estão totalmente regulares. Outros seis ainda estão sendo classificados pelo poder público. Na Reurb E, que é composta por famílias que ganham acima de cinco salários mínimos, as obras são custeadas pelos moradores.

"O processo envolve a regularização de núcleos considerados clandestinos. Eles são bairros que não possuem toda a documentação do poder público, mas que são bairros formados. Outros são ocupações desordenadas", afirmou Lucas Bonora, diretor administrativo da Secretaria de Habitação. Ele explica que não é possível ignorar os núcleos urbanos informais, por já se encontrarem consolidados e configurarem uma situação de difícil reversão. "Sendo assim, a única solução é promover a sua regularização mediante a implantação de infraestrutura essencial e a exigência da realização das compensações urbanísticas e ambientais necessárias para mitigar os impactos e prejuízos causados com a sua implantação irregular e/ou clandestina", disse.

Falta política habitacional

Geógrafo e doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Rogério Bezerra da Silva considera que a falta de política habitacional é uma das causas de haver áreas irregulares em Campinas.

"No caso da Reurb S, são pessoas de baixa renda que ocupam, por exemplo, áreas precárias, como as proximidades das margens de rios, encostas, áreas institucionais e, mesmo, áreas privadas que serviam à especulação imobiliária. Essas ocupações só ocorrem devido à falta de política habitacional, que seria de responsabilidade do Poder Executivo. Sem alternativa habitacional viável economicamente, as famílias ocupam essas áreas para não terem que "morar" nas ruas dos centros das cidades."

O especialista considera que por conta da precariedade dos núcleos, por lei, a regularização deve ser acompanhada por melhorias urbanas, tais como redes de água e esgoto, pavimentação, instalação de equipamentos públicos, entre outros. "Muitas vezes, condomínios são construídos sem as devidas licenças do poder público. E empreendimentos imobiliários são implantados fora dos padrões estabelecidos pelo Plano Diretor ou pelo Código de Obras", comentou.

Também membro do Coletivo Cidadão pelo Plano Diretor Participativo de Campinas, Silva considera que a regularização fundiária é uma questão humanitária. "A regularização, principalmente da Reurb S, implica no reconhecimento daqueles habitantes como cidadãos", destacou.

Ambos moradores da região do Distrito do Campo Grande, Luís Carlos Felicidade, do Jardim Sulamérica, e Charles de Sousa Lima, do Jardim Lisa, vivem situações opostas. Enquanto o primeiro conseguiu a regularização, o segundo aguarda para colocar seu bairro em situação legal.

Felicidade mora no Jardim Sulamérica há oito anos. O bairro começou a receber as primeiras casas há cerca de 30 e, nos últimos anos, as melhorias tiveram início. "Em 2012, o bairro recebeu a coleta e tratamento de esgoto em duas ruas. Em 2015, essas obras foram crescendo para outras ruas do bairro", comentou.

O líder comunitário também explicou que hoje são cerca de 1.500 pessoas que vivem no bairro, mas que, apesar da regularização, ainda há muita melhoria a ser feita. "Nosso bairro é regularizado, pagamos IPTU, são aproximadamente 495 lotes, 1.500 munícipes vivendo aqui, enfrentando ausência da pavimentação, com buracos, lama e poeira", disse.

Já Lima está no Jardim Lisa há 24 anos. Ele considera que a população precisa de dignidade e a regularização é importante para que as melhorias ocorram. "A regularização trará mais dignidade aos moradores. É possível ter infraestrutura, com saneamento básico. Enfim, é o direito de ir e vir com o saneamento básico." Ele afirmou que obras como saneamento básico e pavimentação permitem que o morador tenha acesso a melhorias até mesmo como o ônibus circulando.

A moradora do Jardim do Lago Continuação Talita Karen Sousa, de 20 anos, espera pela regularização. Além de uma filha de dois anos, ela está grávida. "A gente comprou aqui e construiu tudo do zero. Temos medo de perder, se não regularizarmos. Espero que isso ocorra em breve", disse.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Pagina:** 5

Copyright © Clipclap 2025.